

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – SEGUNDA FASE
INGLÊS – SUMMARY

Aplicação: 1.º/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA

Soft power is becoming more important due to two related trends: the growing relevance of networks for global affairs, and the so-called digital revolution.

Global networking is explained by three factors. Firstly, there is the diffusion of power between states, which leads to the distribution of economic and political power among a larger number of countries.

Secondly, traditionally accepted hierarchies of power have been challenged, as power is shifting from West to East and non-state actors have started playing more active roles in world affairs.

The third factor leading to a greater relevance of networks is the process of urbanisation around the world, a phenomenon which means more information, technology and political ideas being shared in new ways. As a result, cities are also becoming a more relevant force in international relations.

By its turn, the digital trend is explained by the fact that more people and institutions go online for an increasing number of reasons. This is also true for governments, non-governmental organisations and multilateral organisations. Besides, the democratisation of access to information has created a more informed and powerful public. This has made it more difficult for governments to behave internally in a way that differs from what is conveyed by the messages they send to the international community.

In most Western countries, these changes have arrived when budgets cuts have been imposed on sources to finance soft power.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – SEGUNDA FASE
LÍNGUA INGLESA – TRANSLATION – PART A

Aplicação: 1.º/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA

Havia seres humanos bem antes de haver história. Mas, por incontáveis gerações, eles não se distinguiam do enorme número de outros organismos com os quais partilhavam seus habitats. Em uma caminhada pela África Oriental dois milhões de anos atrás, você provavelmente encontraria um elenco bem conhecido de personagens humanos: mães ansiosas abraçando e acariciando seus bebês, e bandos de crianças despreocupadas brincando na lama; jovens temperamentais irritando-se com os preceitos da sociedade, e anciãos cansados que apenas queriam ser deixados em paz; machos que batiam no peito tentando impressionar a beldade local, e velhas e sábias matriarcas que já tinham visto de tudo no mundo. Àquela altura, seres humanos arcaicos amavam, brincavam, criavam amizades íntimas e competiam por *status* e poder — mas assim também o faziam os chimpanzés, os babuínos e os elefantes. Nada havia de especial com relação aos seres humanos. Ninguém, muito menos os próprios seres humanos, tinha a mais vaga ideia de que seus descendentes um dia caminhariam na lua, compreenderiam o código genético e escreveriam livros de história. A coisa mais importante a se saber sobre os seres humanos pré-históricos é que eram animais insignificantes, que não causavam maior impacto sobre seu meio ambiente que gorilas, pirilampos e águas-vivas.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – SEGUNDA FASE
INGLÊS – TRANSLATION – PART B

Aplicação: 1.º/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA

Who are we, Brazilians, originated from many and varied human groups? Has the fusion/mixing of them all in us already finished, is it still taking place, or will it never cease? Are we forever destined/meant to be both a racially and culturally multi-coloured people? (or: Is it our ultimate fate to be both a racially and culturally multi-coloured people?) Will there be a distinctive feature of Brazilians as a separate people since we came from/originated from people coming from all parts of the world? (or: Since we came from peoples from all over the world, will there be a singular feature that distinguishes us as an individual/separate people?) All these centuries-old questions have already a clear answer based on reality/direct action.

It was in this set of circumstances/state of affairs/framework that Brazil shaped itself, in direct/effective opposition/in open defiance to the Portuguese project and to Brazilians' great astonishment. Nowadays we constitute/have become what the Portuguese here joined together/brought together — not only the bioracial bricks but also the sociocultural mortar out of which/with which Brazil has been creating/shaping itself.

Therefore/Thus, even if we embarked on a project that was not of our own (making), we asserted ourselves/we became a real people/found our identity/we materialized as a people in defiance of/as a resistance to/in opposition to that official project, as we opposed the plans of both colonizers and their heirs/successors. If it were for their desires/wishes / If it depended on them, Indians, blacks and all of us, their mestizo/half-breed children who had been rounded up by the colonial enterprise, would go on playing the role that had been assigned to us as overseas labourers meant to produce goods/commodities, never managing to become a people, masters of its own destiny.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO –
QUESTÃO 1

Aplicação: 8/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverão ser abordados os seguintes aspectos:

1 O princípio que norteia a repartição de competências entre as entidades componentes do Estado Federal é o da predominância do interesse, que assim se manifesta: cabe à União as matérias e as questões de predominante interesse geral; aos estados competem as matérias de predominante interesse regional e aos municípios os assuntos de predominante interesse local. Em relação ao Distrito Federal, acumulam-se, em regra, as competências estaduais e municipais (art. 32, § 1.º, da CF).

2 Não. A Constituição estabeleceu para a União, mas não para os estados, uma reserva de poderes/competências enumeradas. A União dispõe de competências enumeradas, conforme previsto nos arts. 21 e 22 da CF, enquanto aos estados cabem as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição, tanto no âmbito administrativo quanto legislativo (competências remanescentes). Assim, cabem aos estados as tarefas que não forem da União (art. 21); que não pertencerem, em comum, a todos os entes federativos (art. 23), ou que não se enquadrem na órbita dos municípios (art. 30). Nesse sentido, os estados podem administrar, e até legislar, em todos os temas que não lhes sejam vedados, conforme dispõe o art. 25, § 1.º, da CF: “São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”. Apenas excepcionalmente, a Constituição enumerou algumas competências para os estados: a) criar, incorporar, fundir e desmembrar municípios (art. 18, § 4.º, da CF); b) explorar, de modo direto, ou por concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação (art. 25, § 2.º, da CF); e c) instituir, mediante lei complementar estadual, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (art. 25, § 3.º, da CF).

3 Competência concorrente é aquela em que mais de um ente federativo exerce o poder de legislar sobre certo assunto ou matéria. Trata-se de competência legislativa, portanto. É adjetivada de concorrente exatamente porque eles (os entes federativos) juntam-se para exercer ação comum no intuito de contribuir e cooperar no trabalho legislativo. Em seu âmbito, cabe à União a tarefa de fixar normas gerais (art. 24, § 1.º), e cabe aos estados e ao Distrito Federal o poder de formular normas que desdobrem o conteúdo de princípios ou normas gerais ou que supram a ausência ou a omissão destas (competência suplementar, com base no art. 24, § 2.º).

4 Sim, os municípios, tanto quanto os estados e o DF, também podem legislar sobre as matérias que se inserem na esfera da competência concorrente. Embora os municípios não constem do art. 24, *caput*, eles poderão legislar sobre as matérias nele arroladas com amparo

no que dispõe o art. 30, incisos I e II, da CF: “Compete aos municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local; II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”. Trata-se de uma competência suplementar que visa, com base no interesse local, atender as necessidades básicas e imediatas do município, e suprir as omissões e as lacunas da legislação federal e estadual, embora não podendo contraditá-las, de modo a ajustar sua execução a peculiaridades que lhes são próprias.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO –
QUESTÃO 2

Aplicação: 8/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverão ser abordados os seguintes aspectos:

- a) Conforme o inciso LXIX do art. 5º da Constituição Federal de 1988, “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”. Com base nesse dispositivo e na Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o instituto, o candidato poderá conceituar e explicar os contornos jurídicos daquele remédio constitucional.
- b) De acordo com o inciso LXX do art. 5º da Constituição Federal de 1988, “o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: a) partido político com representação no Congresso Nacional; b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados”. Com base nesse dispositivo e na legislação em vigor, o candidato poderá discorrer sobre aqueles legitimados para impetrá-lo.
- c) Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar sobre dois outros meios judiciais de proteção de direitos e garantias fundamentais previstos pela Constituição Federal de 1988, como o mandado de injunção (art. 5º, inciso LXXI), *habeas corpus* (art. 5º, inciso LXVIII), *habeas data* (art. 5º, inciso LXII), ação popular (art. 5º, inciso LXIII) ou a ação civil pública (art. 129, III).

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO –
QUESTÃO 3

Aplicação: 8/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Original do texto motivador, em inglês: “Be that as it may, the Court has held that Article 25 (art. 25) of the Convention entitles individuals to contend that a law violates their rights by itself, in the absence of an individual measure of implementation, if they run the risk of being directly affected by it”.

Em sua resposta, espera-se que candidato seja capaz de operar conceitos importantes no âmbito do direito da responsabilidade internacional. O caso citado no texto motivador não é único. A própria Corte Europeia de Direitos Humanos já se pronunciou de maneira similar em casos como *Klass v. Germany* (1978) e *Marckx v. Belgium* (1979). Está em jogo saber se, segundo o direito internacional, é possível fazer análise de compatibilidade de legislação interna com obrigações internacionais em abstrato (como demonstrado no texto motivador, que trabalha com a ideia de risco de aplicação) ou em concreto (o que exigiria alguma regulamentação da lei ou sua aplicação em casos singularizados).

Do ponto de vista do Direito Internacional Geral, não se pode dizer que o posicionamento da Corte Europeia de Direitos reflete uma norma jurídica internacional aplicável a diferentes casos. Certas obrigações internacionais podem conter em sua estrutura a necessidade de que uma outra obrigação (contida, por exemplo, em uma lei interna) seja regulamentada ou aplicada em caso concreto para que se configure a responsabilidade internacional. Por sua vez, o posicionamento da Corte Europeia de Direitos Humanos não é, de forma alguma, proibido pelo Direito Internacional Geral. Seja como for, pressuposto para adoção de qualquer das posições é o de que um Estado não pode invocar seu direito interno para descumprir uma norma internacional – algo que ficou consagrado, no âmbito do direito dos tratados, no art. 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Em suma, não há vedação, sob o ponto de vista do Direito Internacional Geral, para se adotar qualquer uma das duas abordagens.

Os artigos sobre a responsabilidade internacional preparados pela Comissão de Direito Internacional (CDI) são referência obrigatória para qualquer discussão sobre o tema. O art. 12 do projeto da CDI (posteriormente aprovado por Resolução da Assembleia-Geral da ONU - AGNU) é a chave para a resolução da questão. Ele estabelece: “A violação de uma obrigação internacional por um Estado ocorre quando um ato do referido Estado não está em conformidade com o que exige tal obrigação, independentemente de sua origem ou caráter”. A parte “independentemente de sua origem ou caráter” revolve a ideia de regulamentação de uma lei interna em conflito com uma obrigação internacional, como bem sustentam os comentários

oficiais ao projeto de artigos da CDI, feitos pelo último relator para o tema, James Crawford (ver CRAWFORD, James. *The International Law Commission's Articles on State Responsibility: Introduction, Text and Commentaries*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 130). Não se exige que o candidato saiba especificamente o número do artigo ou mesmo seu inteiro conteúdo. O essencial é que ele demonstre que a CDI trabalhou com o tema e que o projeto de artigos contempla o problema em discussão sem fechar posição a favor da tese de necessidade ou desnecessidade de regulamentação ou aplicação em caso concreto de uma lei interna incompatível com uma obrigação internacional.

Por muitos anos, diversos doutrinadores acharam que o dano era um elemento essencial para configuração de um ato internacionalmente ilícito. A prática internacional, no entanto, demonstra que o dano pode ser requerido como elemento para a configuração da responsabilidade internacional em alguns casos; em outros, no entanto, ele não é necessário. É por essa razão que o art. 2 do Projeto da CDI (posteriormente resolução da AGNU), ao se referir aos elementos de um ato internacionalmente ilícito, não arrola o dano. O caso em questão tem uma relação muito estreita com o problema do dano, porque a exigência, em certos casos, de regulamentação ou aplicação concreta da lei interna, significará a necessidade de constatação de um dano para que se possa estar diante de um fato internacionalmente ilícito. Espera-se que o candidato discuta o problema do dano como elemento da responsabilidade internacional – preferencialmente conectando-o à posição adotada pela CDI – explicando a sua relação com a ideia de regulamentação ou aplicação de uma norma interna ao caso concreto.

Espera-se que o candidato ilustre sua resposta com doutrina e jurisprudência relevantes. Os já mencionados comentários oficiais da CDI citam vários casos envolvendo a temática – que apoiam uma ou outra posição sobre a necessidade de regulamentação ou aplicação ao caso concreto – em tribunais, como a própria Corte Europeia de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Internacional de Justiça e o Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio. Esse se trata de um tema muito importante para a doutrina especializada no âmbito da responsabilidade internacional dos Estados.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA
NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO –
QUESTÃO 4

Aplicação: 8/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A questão comporta resposta versada em três pilares. O primeiro concerne à análise da assertiva proposta como motivo condutor, em que deve ser deduzida a distinção entre direito internacional público e direito interno, com uso de terminologia apropriada e base doutrinária específica. A resposta deve explorar as tensões decorrentes dessas diferenças, em áreas, como sujeitos de direito (estados *versus* entidades não-estatais), organização social (anarquia *versus* hierarquia), dimensão normativa (horizontalidade *versus* verticalidade) e aspectos funcionais (descentralização *versus* centralização). É importante tratar desses temas à luz das fontes do direito internacional e de sua natureza, tendo em conta as peculiaridades de elaboradores e de destinatários de suas normas. De resto, seriam desejáveis referências a desafios que têm-se formulado a visões tradicionais do direito internacional, apontando casos em que aspectos de hierarquia e centralização seriam relevantes no sistema jurídico internacional. Oportuna referência, nesse patamar, refere-se às obrigações internacionais subsumidas no espectro dos direitos denominados indisponíveis, conforme algumas vertentes mitigadoras do voluntarismo estatal, bem como a posturas relevantes do direito dos tratados nessa direção, como, por exemplo, a limitação de reservas e as regras de denúncia.

O segundo pilar da resposta refere-se ao desempenho de coordenação do direito internacional público em sua fase de elaboração normativa, de tratados e de costumes, com peculiaridades da manifestação expressa ou tácita de consentimento por parte de seus atores/legisladores. Aqui, são cabíveis referências às teorias, como positivismo e jusnaturalismo, que influenciarão o peso de fatores, como autonomia da vontade e nexos contratuais na criação de normas internacionais. Poderiam ser feitas alusões ao papel de decisões de tribunais internacionais, bem como ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Direito Internacional da ONU, na criação e na consolidação do direito internacional. Menções a casos concretos da cena jurídica internacional, como a vasta jurisprudência da Corte Internacional de Justiça sobre a formação do costume, poderiam complementar adequadamente o texto.

O terceiro pilar que deve compor a resposta refere-se à atuação de cooperação entre sujeitos de direito internacional público na solução pacífica de controvérsias, a destacar os contrastes com o modelo de direito interno, as rígidas jurisdições estatais e suas formas constitutivas de atuação em espaços jurisdicionáveis, sem olvidar inovações advindas das soluções de controvérsia em blocos econômicos e em direito do comércio internacional. Poderiam ser mencionados o art. 33 da Carta da ONU e os meios de solução de controvérsias

ali previstos, bem como o repertório de mecanismos judiciais, políticos e diplomáticos consolidados. Um bom complemento seria, por exemplo, referência ao emprego da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória da Corte Internacional de Justiça, valorizada pelo caráter histórico de sua formulação original.

No plano formal, a par da legibilidade e da clareza do texto, a utilização plena e adequada das quarenta linhas disponíveis é relevante, haja vista as vastas possibilidades de tratamento que a questão concerne. A resposta deve ser ademais desenvolvida com equilíbrio e concatenação de ideias, com argumentos de autoridades relevantes e pertinentes, com fórmula de encerramento compatível com a densidade do texto, e, não com menos importância, com uso de norma de linguagem apropriada à elaboração jurídica.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE ECONOMIA – QUESTÃO 1

Aplicação: 7/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 A despesa de juros é uma expressão de desequilíbrios primários anteriores, que geraram a dívida inicial. A melhora (ou a piora) do resultado primário tende a se refletir, mais cedo ou mais tarde, na redução (ou no aumento) da conta de juros, mesmo que a taxa de juros seja constante. Isto ocorre porque, sem financiamento monetário (que, no caso brasileiro, está restrito por dispositivos constitucionais e legais, inclusive pela LRF), um déficit primário requer cobertura por endividamento, com conseqüente elevação da despesa com juros. Por sua vez, quanto maior (menor) for a dívida pública, há mais (ou menos) risco implícito e, portanto, tendência de aumento (ou diminuição) da taxa de juros, ou seja, da conta de juros.

2A O investimento público federal tem nos últimos anos se situado, em termos do PIB, em valor semelhante ao que o governo federal investia em 2001-2002, apesar do crescimento da arrecadação líquida em mais de três pontos do PIB nesse período. Uma das principais razões para tal desempenho é que, quando se objetiva alcançar a meta anual do resultado primário ou evitar deterioração fiscal, para reduzir riscos, o investimento, como uma das partes mais discricionária do gasto público, é o principal foco do corte de despesa, ainda que esse corte, normalmente materializado em redução de ritmo ou postergação de prazo de conclusão de projetos de investimento, imponha custos econômicos relevantes, inviabilização de alguns empreendimentos e geração de ineficiências na economia. Por sua vez, como o governo federal, há anos, tem poupança fiscal negativa, o investimento público, em seu agregado, depende de operação de crédito para se viabilizar, com impacto direto no déficit, razão também pela qual os cortes de despesa se concentram nos investimentos. Essas circunstâncias explicam, em grande parte, o baixo nível do investimento público federal do país, especialmente em infraestrutura, afetando o custo Brasil e o aumento da eficiência do setor privado.

2B A arrecadação tributária atual, de cerca de um terço do PIB, percentual maior que a maioria dos países emergentes, expandiu-se rapidamente na década de 2000 em decorrência da estabilidade, do crescimento de alguns setores e da expansão da economia mundial. Mas, desde 2011, com a desaceleração econômica, o ritmo de expansão da arrecadação apenas acompanha a dinâmica do PIB. A despesa primária, porém, tem mantido o crescimento acelerado, acima da inflação, especialmente em decorrência de transferências sociais, despesas tributárias decorrentes das desonerações, subsídios, gastos de pessoal e outros gastos correntes. O resultado é o desequilíbrio fiscal dos últimos anos, que, do lado da receita, desagua em aumentos adicionais da carga tributária, comprometendo o crescimento e a geração de emprego, e/ou requer ajustes estruturais do lado da despesa, para evitar sua contínua expansão.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE ECONOMIA – QUESTÃO 2

Aplicação: 7/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Um bem público é um bem caracterizado pela não exclusividade e pela não rivalidade no seu consumo. A não exclusividade refere-se à impossibilidade de excluir alguém do mercado consumidor por meio de preço, ou seja, não é possível cobrar pelo consumo individual do bem e impedir quem não o pague de o consumir. A não rivalidade refere-se ao fato de o consumo do bem por um agente não perturbar ou impedir o consumo desse bem por outro agente. Tais características fazem com que esse tipo de bem não possa ser produzido eficientemente por empresas privadas, uma vez que não se consegue estabelecer preços adequados, tampouco combater o problema do “carona”, que são os consumidores que se beneficiam do bem sem arcar com o seu preço. Exemplo clássico é a iluminação pública: mesmo que alguém não pague pela energia consumida pelas lâmpadas nos postes que iluminam uma via pública, essa pessoa se beneficia da iluminação, ou seja, não se tem aí um bem exclusivo. Ao mesmo tempo, o fato de uma pessoa se beneficiar da iluminação proveniente da lâmpada em um poste não impede que outras se beneficiem dessa iluminação simultaneamente, de modo que tampouco há rivalidade.

Em relação a ruas e avenidas, também se aplicam os dois critérios. De acordo com a legislação nacional, não há como impedir que alguém use uma via pública (desde que dentro das normas legais e sociais vigentes) por meio de preço (não exclusivo). Da mesma forma, o uso de uma rua ou avenida por alguém não impede que outras pessoas façam uso da mesma rua ou avenida. Uma exceção pode ocorrer caso haja congestionamento na via pública. Nesse caso, cada novo usuário perturba, podendo chegar a impedir, o consumo dessa via por outros cidadãos. Ou seja, ruas e avenidas congestionadas deixam de ser consideradas bens públicos, nos termos da teoria.

Já o transporte público, ainda que não haja rivalidade em seu consumo (ou seja, o consumo por um usuário não perturba ou impede o consumo por outros — a menos que se trate de um veículo lotado, em que a rivalidade ocorrerá), é um bem exclusivo, já que seu consumo pode ser barrado àqueles que não o pagarem. Em outras palavras, é possível cobrar individualmente pelo consumo do bem, o que fere um dos critérios do conceito de bem público. Dessa maneira, não se pode caracterizar o transporte público como bem público, não se justificando seu total financiamento por meio de tributos ou outras receitas estatais.

Referências:

H. Varian. **Microeconomia**: princípios básicos.

R. Pindyck e D. Rubinfeld. **Microeconomia**.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
NOÇÕES DE ECONOMIA – QUESTÃO 3

Aplicação: 7/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A existência de setores com rendimentos crescentes permite ao país reduzir custos médios ao aumentar o volume produzido. Isso fará com que o país passe a ser exportador líquido dos produtos desses setores. Os rendimentos podem ser internos à firma, quando ela reduz custos ao aumentar sua produção, de forma isolada, ou externos, quando a redução dos custos médios de cada firma depende da atuação conjunta do setor. Um país tem vantagens comparativas estáticas em um setor quando seus custos de produção nesse setor são mais baixos do que em outros países. Em termos dinâmicos, um país pode construir vantagens comparativas ao estimular certos setores. As teorias básicas de explicação do comércio são a Ricardiana e a de Hecksher-Ohlin. Desde a década de 60, contudo, diversas formulações (ciclo do produto, tese de Linden, hiato tecnológico, papel das economias de escala e da concorrência imperfeita, entre outras) foram propostas para explicar o comércio em produtos manufaturados.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA
NOÇÕES DE ECONOMIA – QUESTÃO 4

Aplicação: 7/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Com a crise financeira Internacional em 2008 deflagrada pela quebra do Banco Lehman Brothers, os princípios que amparavam a ideia dos mercados financeiros autorreguláveis foram questionados assim como os argumentos em defesa de maior liberdade nos ambientes financeiros e de desmantelamento dos quadros regulatórios, particularmente nos Estados Unidos. Como resultado do afrouxamento da regulação e da supervisão financeira, o mundo mergulhou em uma das maiores crises financeiras desde o *crash* de 1929, levando as principais economias desenvolvidas à estagnação econômica pelo racionamento da oferta de crédito, pela elevação dos juros e aumento da volatilidade dos mercados monetários internacionais e pela conseqüente diminuição do comércio internacional. As inovações financeiras associadas a comportamentos arriscados de bancos e empresas e a falta de transparência na gestão de ativos deram fôlego aos argumentos em favor de mudanças na estrutura regulatória dos mercados financeiros globais e de um acompanhamento mais estreito e direto de sua dinâmica.

Foi nesse contexto que o G20 transformou-se no principal fórum de cooperação econômica internacional com a tarefa de coordenar saídas para a retomada do crescimento global. A reforma do Sistema Financeiro Internacional, ao lado das medidas anticíclicas, foi um dos principais focos de debate no âmbito desse grupo. Buscando construir sistemas financeiros resilientes, diminuir os riscos das instituições "grandes demais para quebrar", tratar dos riscos inerentes ao sistema bancário paralelo, e tornar os mercados de derivativos mais seguros, uma das principais recomendações do G20 foi a reformulação do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) e do Comitê da Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) para que incorporassem novos membros, especialmente os países emergentes, e absorvessem as funções de coordenação e monitoramento das novas regras de regulação e supervisão dos mercados financeiros. Igualmente importantes foram as recomendações quanto ao aumento das reservas prudenciais de capital em operações de empréstimo e seguros; a criação de mecanismos para reduzir o grau de alavancagem; aumento da supervisão das agências de risco; a revisão da remuneração dos executivos; o alinhamento dos padrões de contabilidades globais; e o aumento da regulação e transparência dos mercados de derivativos de balcão.

Quanto à reforma das instituições financeiras criadas em Bretton Woods, foi recomendada pelo G20 a introdução de mudanças na missão e na governança do FMI e do Banco Mundial de modo que estes organismos pudessem refletir de maneira mais adequada as alterações ocorridas nos pesos econômicos da economia mundial e, assim, aumentar sua representatividade e legitimidade. Para isso, o FMI deveria revisar sua fórmula de cálculo das cotas dando maior peso ao tamanho das economias, transferir pelo menos 5% das quotas dos países super-representados para países sub-representados e ainda aumentar a representação desses países em seu Conselho Executivo. No caso do Banco Mundial, recomendou-se a realocação das cotas que gerasse um aumento de, pelo menos, 3% do poder de voto dos países em desenvolvimento e das

economias em transição e a adoção de nova fórmula de cálculo incorporando o tamanho da economia e a contribuição financeira de cada país membro como únicas variáveis. O ritmo de implementação das recomendações tem variado de acordo com o tema em pauta.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
GEOGRAFIA – QUESTÃO 1

Aplicação: 7/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 A norma, criada nos anos 1970, limitava a maioria das famílias chinesas a ter apenas um filho, apesar de haver exceções. A política do filho único teria impedido cerca de 400 milhões de nascimentos desde que teve início, segundo estatísticas do governo chinês. Este número, no entanto, é contestado por outros especialistas. Em 2007, a China afirmou que apenas 36% de seus cidadãos estavam limitados a apenas um filho, por causa de diversas mudanças na política feitas com o passar do tempo. Na medida em que a população chinesa se aproximava de 1 bilhão de pessoas, no final dos anos 1970, o governo começou a se preocupar com o efeito que isso teria em seus ambiciosos planos de crescimento econômico. Apesar de outros programas de planejamento familiar – que ajudaram a reduzir a taxa de nascimentos – já terem sido implementados, o líder chinês Deng Xiaoping decidiu tomar medidas mais drásticas. De um modo geral, o governo oferece incentivos financeiros e profissionais para os que se adequam à política, além de disponibilizar contraceptivos e multar quem descumpra as regras. Mas, em alguns momentos, medidas coercivas, como abortos forçados e esterilizações em massa, também foram usadas. A política foi implementada de maneira mais rígida em áreas urbanas. Ativistas na China e no Ocidente afirmaram que a política era uma séria violação dos direitos humanos e das liberdades reprodutivas. A preferência tradicional por filhos homens na cultura local combinada à política do filho único levou ao alto índice de abandono de meninas em orfanatos, a abortos seletivos de acordo com o sexo do feto e até mesmo casos de infanticídio feminino. Por causa disso, o equilíbrio de gênero do país pende para o masculino.

2 Mas a China mudou nestes 40 anos e, com ela, mudaram as pessoas que hoje estão em idade reprodutiva. Por mais que os costumes ainda prevaleçam e o casamento continue sendo valorizado, homens e, sobretudo, mulheres têm optado pelas suas carreiras profissionais. Temem por sua segurança no mercado de trabalho. Além disso, ficou caro ter filhos na China, ainda mais para quem já tinha um. Escolas e saúde não são gratuitas e podem custar muito dependendo da cidade e do tipo de instituição escolhida pelos pais. A manutenção de crianças pesa no orçamento das famílias, que têm preferido continuar investindo mais e melhor em um único filho. Dezenas de milhares de filhos da chamada nova classe média vão estudar no exterior, principalmente nos Estados Unidos, onde vão aprender inglês e se preparar para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. No ano letivo 2015-2016, 328.547 chineses frequentavam faculdades e universidades americanas (reconhecidamente caras), um recorde histórico, segundo dados do Instituto de Educação Internacional. Nas áreas rurais, é comum os pais terem de deixar as suas cidades natais em busca de melhores empregos nos grandes centros urbanos para proporcionar uma vida melhor aos filhos. Estima-se que o fluxo migratório chegue a 100 milhões de pessoas. A partir dos anos 80, com a abertura da economia chinesa ao capitalismo e a crescente participação deste país na economia mundial, a China passou por um processo acelerado de migração do campo para a cidade. Apesar de ainda ter uma enorme população no campo, o país se urbanizou e uma crescente classe média se consolidou no país. Com o aumento do padrão de renda no país, a quantidade de filhos por casal diminuiu ainda mais.

3 A previsão da Academia Chinesa de Ciências Sociais é de que a população chinesa atinja o seu ápice em 2025, com 1,41 bilhão de pessoas, para começar a cair e voltar a 1,3 bilhão em 2050. Para o Partido Comunista, isso deve ter impacto direto sobre o desenvolvimento do país. E essa teria sido a principal razão para flexibilizar a política do filho único instituída na década de 1980. Com o envelhecimento da população, aumentará também a pressão sobre as pessoas que vão precisar trabalhar para sustentar o exército de chineses que estarão aposentados. O governo pensa em adotar outras reformas capazes de contornar a questão demográfica dos próximos anos e estimular o aumento da população. Enquanto isso, a mídia chinesa já registra cidades em que a política das administrações regionais passou a ser a de incentivar os pais a procriarem. A agência estatal Xinhua afirmou ainda, no ano passado, que vários governos locais tinham recebido a tarefa de criar estímulos para as mulheres engravidarem. Ao longo do ano passado, várias cidades, inclusive as maiores, adotaram leis para ampliar, por exemplo, a licença-maternidade. Especialistas alertam que a China será a primeira economia a envelhecer antes de tornar-se mais rica, principalmente por causa da política do filho único. Até 2050, mais de um quarto da população terá mais de 65 anos. A taxa de fertilidade do país é uma das mais baixas no mundo e fica bem abaixo do índice de 2,1 crianças por mulher – necessário para substituir a população a cada geração. O envelhecimento da população chinesa irá desacelerar a economia, à medida que o número de pessoas em idade ativa diminui e a proporção entre contribuintes e pensionistas continua a cair. Em 2013, as regras haviam sido modificadas para permitir que casais tivessem um segundo filho se um dos pais fosse filho único, mas menos casais do que o governo esperavam aderiram ao novo sistema. Outro relaxamento das regras nos anos 1980 permitiu que famílias da zona rural tivessem outro filho se seu primeiro filho fosse uma menina. Minorias étnicas chinesas também não eram submetidas à política do filho único. O êxodo rural acelerado faria crescer ainda mais as cidades, muitas das quais já ultrapassam os cinco milhões de habitantes, aumentariam os problemas sociais e a poluição atmosférica que já atinge níveis preocupantes. O excesso de força de trabalho sem qualificação ameaça o equilíbrio social nas cidades", advertia já, há uma década, um diário suíço liberal, sempre favorável às reformas desta orientação. Embora haja um aumento geral do nível de vida, essas pressões só vêm a agravar as desigualdades sociais já bem pouco compatíveis com o ideal "socialista", ainda que seja "socialista de mercado". Segundo dados oficiais, o coeficiente *Gini* teria aumentado de 0,21, em 1978, para cerca de 0,45, atualmente. Entre a cidade de Xangai e a província mais pobre de Guizhou no sul do país, a diferença de renda *per capita* é de 10 para 1, e entre províncias "ricas" e "pobres" a disparidade geral ultrapassa a relação de 3 para 1. A região costeira, com cerca de 37% da população, aumentou, entre 1987 e 1994, sua participação de 51 para 60% na renda nacional, de 60 para 67% na produção industrial e de nada menos que de 60 para 85% nas exportações. Estes aumentos concentraram-se no período entre 1990-94, portanto, nos anos de rápido aumento dos IED. Houve, de fato, uma ligeira diminuição entre 1987 e 1990, salvo o caso das exportações, o que se deduz que se acentuaram fortemente os aspectos desequilibrantes do crescimento na fase mais recente. As diferenças de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres da população foram estimadas recentemente pelas Nações Unidas a uma relação de 6,5 para 1, semelhantes às de outros países asiáticos, porém maiores que na Coreia do Sul, na Índia e na Indonésia, ainda que muito inferiores às dos países latino-americanos. Tais diferenças teriam diminuído no período entre 1978-85 e logo aumentado significativamente. Os desequilíbrios entre as regiões costeiras e os interiores são semelhantes àqueles existentes entre a agricultura e a indústria. Alguns observadores pensam que estes desequilíbrios entre as regiões do Sul costeiro, sede das novas atividades industriais impulsionadas pelas reformas liberais e o pelo capital estrangeiro, e as do interior, relativamente estagnadas e mais agrícolas, ameaçam seriamente a unidade nacional. Por isso, no Ocidente supõe-se que essa unidade seja muito frágil. O sinólogo alemão Oskar Weggel salienta, por outro lado, as diferenças históricas entre ambas macro-regiões, caracterizadas por profundas distâncias (cultura "amarela" e cultura "azul"), sendo a costeira por tradição muito mais aberta às influências do exterior e aos intercâmbios comerciais com outros países. Este contexto explica, também, conjuntamente com outros fatores, o dinamismo de Hong Kong e de Taiwan, hoje imitados pelas regiões vizinhas das "zonas econômicas especiais" da China meridional. Uma das grandes preocupações chinesas, salientadas também no testamento de Deng Xiaoping, é o

futuro dos grupos étnicos minoritários que representam pouco mais de 5% da população total, mas que ocupam a metade ocidental do país, em particular Tibet e Xinjiang.

Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151029_china_bomba_demografica_cc. Acesso em: set. 2017.

Fonte: SUKUP, Viktor. A China frente a globalização: desafios e oportunidades. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 2002. *In*: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200005

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
GEOGRAFIA – QUESTÃO 2

Aplicação: 7/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O setor agrícola brasileiro cresceu rapidamente com base na produtividade, bem como na expansão e na consolidação da fronteira agrícola nas regiões Centro-Oeste e Norte. Não se deve omitir que o Sul e o Sudeste brasileiros são regiões consagradas na atividade agrícola e participam do crescimento da produtividade do setor. Apesar do mercado interno absorver boa parte da produção agrícola, esse crescimento foi impulsionado também pela expansão da produção de produtos destinados à exportação, com destaque para os grãos. A contribuição desses produtos exportados aumentou acentuadamente nos anos 90, sendo que a incorporação da tecnologia foi fundamento para a agregação de valor da produção. Nesta escalada de produção, em 2013, a China substituiu a União Europeia como o mercado mais importante para as exportações da agricultura brasileira, reforçando a recente tendência para novos parceiros comerciais, como países do Leste da Ásia e do Pacífico, Oriente Médio e América Latina. Observa-se, claramente, um direcionamento político para a expansão continuada deste setor no Brasil.

Dentre os fatores que incrementaram o crescimento da produtividade estão os investimentos em pesquisa agrícola. Essas pesquisas produziram melhores tecnologias de cultivo, disponíveis aos produtores e à agroindústria, notadamente, as tecnologias tropicais tornaram possível a incorporação dos cerrados brasileiros à plantação em ampla escala. Não obstante, além do fator tecnológico, o crescimento agrícola também está associado a uma expansão das terras agrícolas, que aumentaram em 34 milhões de hectares entre 1990 e 2012, o que se traduz em fortes impactos ambientais sobre os ecossistemas brasileiros. Só em 2017, acredita-se que a área plantada deva crescer 2,4%, o que implica ainda mais a ampliação dos impactos ambientais. Neste sentido, as mudanças no uso e na ocupação dos solos brasileiros não devem ser ignoradas. Espera-se, portanto, dos candidatos que, mais do que identificar os impactos, seja reconhecido o desafio enfrentado pelo setor, tendo em conta que não é somente o desenvolvimento do agronegócio o responsável pela degradação no espaço rural. O pequeno produtor também é um agente importante na mudança das paisagens naturais, visto seu papel no abastecimento interno de uma população crescente.

A produção agrícola é uma das atividades que mais utiliza recursos naturais como água e solo, sendo a principal causa do desmatamento, da perda de biodiversidade no planeta, também contribuindo para a concentração de gases do efeito estufa. O Brasil tem um papel fundamental neste cenário. Ainda com grande cobertura vegetal natural, o país é hoje um dos principais produtores e exportadores de soja, carne bovina e açúcar, bem como de algodão, café, frango; fazendo o agronegócio responsável por mais de 20% do PIB brasileiro. Por outro lado, apesar do papel da tecnologia nos ganhos de produtividade, o desmatamento é um problema grave, tendo em conta a erosão e os efeitos sobre a disponibilidade hídrica. Tanto a Amazônia como o Cerrado vêm sofrendo com a expansão da fronteira agrícola e a exploração ilegal de madeira. As práticas inadequadas de manejo agrícola têm provocado a degradação dos solos, que, devido

à erosão hídrica, diminui a capacidade produtiva, incluindo a aceleração da erosão e as modificações em suas propriedades físicas, em grande parte, na estrutura (densidade, porosidade), frente ao uso intensivo. De fato é grande a lista de impactos que podem ser elencados: mudança da paisagem local, mudanças climáticas, extinção de espécies e ameaças à biodiversidade e ao patrimônio genético, esgotamento de recursos naturais, aumento da resistência de pragas e eliminação de inimigos naturais trazendo desequilíbrios na cadeia alimentar, perda de matéria orgânica e nutrientes, compactação, contaminação dos recursos hídricos, contaminação e poluição da atmosfera, êxodo rural, intoxicação dos trabalhadores e dos consumidores, diminuição do emprego, valorização da terra, exclusão social, concentração da propriedade da terra. Não se pode deixar de mencionar a crescente importância da disponibilidade e do acesso a recursos genéticos, tão abundantes nos biomas brasileiros, que merecem não sucumbir diante de uma agricultura predatória, já que são tidos como um setor chave para a economia e o desenvolvimento na atualidade.

Diante do quadro apresentado, torna-se uma premissa fundamental estabelecer um novo regime tecnológico para as atividades agrícolas brasileiras, assim como definir o peso da variável ambiental nesse regime, não só visando a sustentabilidade desta atividade, como, igualmente, assegurando ou avaliando o lugar do país no mercado internacional. Seria um equívoco acreditar que somente a elaboração de uma legislação ambiental voltada para agricultura ou a participação do país em fóruns internacionais sejam suficientes para uma efetiva incorporação da variável ambiental nas atividades agrícolas, lembrando ainda dos cultivos voltados para o atendimento da demanda interna e externa por esta modalidade de combustível.

O meio ambiente e o comércio internacional passaram a conformar uma só instância, do ponto de vista político e econômico, no âmbito das relações internacionais contemporâneas já que o aumento do estado de degradação do meio ambiente global por meio da ação humana colocou na pauta dos foros internacionais a necessidade de padrões ambientalmente saudáveis para a produção. Assim, não devem ser ignoradas as repercussões das barreiras não-tarifárias uma vez interpostas, bem como suas outras motivações. Nesse sentido, o desafio do crescimento econômico aliado ao da proteção dos recursos ambientais merecem ser encaminhados conjuntamente pelo Brasil, tendo em conta o foro comercial direcionado pela Organização Mundial do Comércio; o que vale ser comentado pelo candidato com exemplos. Deve ser reconhecido que os produtos brasileiros estão mais expostos à concorrência internacional, mais acirrada do que a interna, sendo as exportações brasileiras passíveis de restrições comerciais de caráter ambiental. É desejável que o candidato não apenas cite estes fatos (ou reescreva as assertivas contidas no enunciado da questão) relacionados à expansão da agricultura também relacionado ao setor energético, do ponto de vista social, econômico, ou ambiental, mas que demonstre capacidade de articular estas diferentes dinâmicas, apontando os desafios a serem superados.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
GEOGRAFIA – QUESTÃO 3

Aplicação: 7/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverão ser abordados os seguintes aspectos:

1 Aceleração/Desaceleração do crescimento demográfico (taxas de natalidade, fecundidade, mortalidade e aumento da esperança de vida); heterogeneidade e desigualdade da distribuição demográfica regional na América Latina.

Concentração/desconcentração populacional e expansão espacial das cidades (cidades dispersas/compactas/periferias).

Concentração e expansão territorial: vantagem na construção de espaços (cidades e regiões) para a produção – reestruturação produtiva da cidade e do campo. Desigualdades regionais persistentes.

Desterritorialização ou deslocalização (ou retorno) das migrações populacionais e das atividades que ampliam o papel das cidades médias. Reorganização espacial (urbanas e rurais) das atividades de comércio de bens e de serviços, também relacionados à modernização do setor agropecuário.

2 Atuação dos grandes conglomerados (grupos econômicos e empresas internacionais), que concentram capital e tecnologia nas metrópoles.

Ampliação dos papéis das metrópoles. Dissociação territorial entre o lugar das decisões e da produção industrial e do agroindustrial. Grupos Econômicos (Mercosul e demais grupos); crescimento demográfico das cidades médias ligado ao agronegócio (1 e 2).

Conectividade (políticas de estado, IIRSA e outros) e desarticulação na América Latina e nas cidades (tecido urbano); modernização e diversificação das infraestruturas (de transportes, telecomunicações e tecnologias de telemáticas) difundidas no território dos países.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
GEOGRAFIA – QUESTÃO 4

Aplicação: 7/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A dinâmica regional nova é produto e produtora do processo de integração do território e as cidades são epicentro da constituição de regiões. Nesse sentido, a construção de Brasília, no centro geográfico do país, teve papel geopolítico e geoeconômico cruciais para novas dinâmicas regionais, redefinindo e reforçando, gradativamente, a concentração espacial das finanças.

A construção de Brasília simboliza o esforço pela difusão produtiva da indústria na totalidade do território nacional, pela angariação de capital externo e formação de um mercado interno, pela substituição de importações, somada à difusão do modo de vida tipicamente urbano na hinterlândia territorial nacional. Brasília nova Capital derrubaria três percalços ao Plano de Metas de Juscelino Kubitschek: a inexistência de uma localização privilegiada do poder para o rearranjo das economias regionais, em prol da unificação do mercado nacional; o enrijecimento econômico do litoral palco da colonização; e o potencial burguês latifundiário e urbano lotados nas antigas ilhas territoriais produtivas de café e cana-de-açúcar. Para tanto, assume-se o binômico energia e transportes como alavanca desse desenvolvimento.

Nesse quadro, a indústria nacional, seguida do desenvolvimento de novas redes urbanas (em que as cidades médias assumem um papel preponderante, no século XXI), foi favorecida pela construção da nova capital Brasília, quando o Sudeste, especialmente São Paulo, teve condições de transplantar, devido à nova malha rodoviária e aos novos pontos de produção de energia, empresas e capitais para o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste do Brasil. Logo, foi crucial a expansão das redes técnicas territoriais (rodovias, ferrovias, aeroportos, hidroelétricas,clusas etc.), bem como a nova Capital (demandante e estimulante de conexões terrestres e aéreas com todas as unidades federativas), para o rearranjo regional e territorial brasileiro.

Brasília meta-síntese de um modelo de desenvolvimento nacional (ainda em execução) reverbera a lógica formal das transformações regionais, paradoxalmente, o que pode ser constatado na disparidade dos indicadores socioeconômicos de cada região (contradições do quadro econômico entre as regiões Sudeste e Norte, por exemplo). Todavia, o indagar revela Brasília como meta-síntese de um modelo desenvolvimentista centrado na indústria nacional e nos processos de expansão agrícola, hoje representados pela exportação de *commodities*, os quais, sabidamente, são concentradores de riqueza e atendem, de modo muito especial, um arcabouço econômico comandado pelo mercado de capitais e mesmo a política demandada da região Sudeste. Se o controle técnico da produção localiza-se no Centro-Oeste, o controle político e financeiro faz-se por meio dos escritórios localizados na metrópole de São Paulo, que emanam decisões e serviços obrigatórios de logística de exportação: constituem-se “espaços produtores de fluxos” e “espaços produtores de massa”, em que o município de São Paulo, sem produzir um grão de soja, faz-se um dos maiores exportadores brasileiros do produto. As alterações nessa logística, a partir dos anos 2000, ressurgem no contexto dos PAC1 – 2007/2010 e PAC2 – 2011/2014 (Programa de Aceleração do Crescimento), cujo modelo de investimento logístico foi pautado no rodoviarismo, por mais que atenda a outros meios de transporte e modais, para a integração econômica e do território brasileiro.

Se por um lado essa lógica desenvolvimentista industrial, que redefine regional e territorialmente o país, redundou também na concentração de capital industrial e do mercado financeiro no Sudeste ou na Região Concentrada (Termo de Milton Santos), por outro lado, essa mesma lógica favoreceu o crescimento econômico de outras regiões, como o Centro-Oeste, agora equipado com tecnologias-territoriais favoráveis à fluidez de mercadorias, informação e dinheiro.

O Centro-Oeste é retomado estrategicamente, no cerne do poder desenvolvimentista, devido às justificativas, como: a) baixo valor da terra; b) incentivo financeiro via programas especiais do governo federal (crédito e política de preço mínimo); c) inserção do Brasil no cenário das *commodities* agrícolas internacionais (soja e, posteriormente, milho e algodão); d) investimento em pesquisa agropecuária; e) fatores naturais favoráveis, como solo e relevo propícios ao modelo de produção em larga escala; f) falsa ideia de que o valor de biodiversidade do Cerrado era baixo, o que o levou a ser sobreposto no processo produtivo. O Centro-Oeste consolida-se, nesse contexto, como motor e elo de um processo integracionista, com base nos argumentos da *modernização* e do *desenvolvimento* nacionais (de modelo dependente), os quais requereram pesados investimentos em matéria de energia e transporte. Estes dois princípios mobilizadores da economia nacional foram catalisados no Plano de Metas e intensificados em outros programa e planos, até os dias hoje.

Logo, a construção da nova capital Brasília favoreceu a redefinição da acumulação capitalista entre novos estados e da regionalização interna nova no Brasil, em que se amplia o arco de ação econômica do Sudeste pelo país; a ideologia neobismarckiana ou nacionalista desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, potencializada pela ânsia da integração nacional; a influência do pensamento geopolítico cuja centralidade estava na defesa do país. No contexto da redefinição da acumulação capitalista nacional, forjava-se uma nova base de consumo, na qual Brasília seria cabeça de ponte entre a zona produtora industrial do Sudeste e a nova fronteira em expansão rumo ao Centro Oeste e ao Norte do país. Sobre a ideologia neobismarckiana, essa se fundou na superação do subdesenvolvimento econômico via desenvolvimento industrial com intervenção estatal. Em relação ao pensamento geopolítico nacional, em meados do século XX, o pensamento correspondia à segurança nacional, o qual entendia como primordial, para se alcançar esse objetivo maior: a expansão das fronteiras para a integração territorial, que ocorreria via “Marcha para o Oeste”, o estabelecimento de um sistema rodoviário radial, para atender a ocupação central e norte do território, e a implantação da nova Capital.

Este texto tem por base o artigo publicado resultante da pesquisa – Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional, que pode ser acessada em: <http://www.ub.edu/geocrit//sn/sn-493/493-44.pdf>

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA
HISTÓRIA DO BRASIL – QUESTÃO 1

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverá ser desenvolvido, coerentemente, o argumento central, respeitados os encadeamentos factuais e sua cronologia. A contextualização, com a correta utilização de conceitos, é essencial para a compreensão do processo histórico. Portanto, o candidato deverá demonstrar as origens da independência, desde a vinda da Família Real para o Brasil até o 7 de Setembro de 1822. Deverá ser demonstrado que a independência resultou da recusa das Cortes em aceitar o projeto de uma Monarquia luso-brasileira e que teve como base de sustentação as elites da região sudeste, bem como portugueses radicados principalmente no Rio de Janeiro. A primeira fase da busca do reconhecimento internacional foi liderada por José Bonifácio, para o qual o Império do Brasil não precisava fazer concessões que não fossem do seu interesse para obter o reconhecimento, pois não necessitava da proteção militar inglesa e Portugal não se constituía ameaça, devido às derrotas de suas tropas em território brasileiro. Para comprovar essa busca da autonomia brasileira, deve ser citado o envio de missões a Buenos Aires, Washington, Londres e Paris.

A crise política de 1824, com a dissolução da Assembleia Constituinte por Pedro I, causa a saída de José Bonifácio do governo e o início de uma nova etapa na busca do reconhecimento internacional do Império do Brasil. Esta ocorre no contexto da continuidade das atividades da Santa Aliança, da restauração de Fernando VII na Espanha, do início da Guerra da Cisplatina e da prioridade de Pedro I em resguardar os interesses da Casa de Bragança. O candidato, após fazer essa contextualização, deve apresentar, respeitada e explicitada a ordem cronológica dos eventos, as concessões feitas pelo governo brasileiro para obter os reconhecimentos de Portugal e da Grã-Bretanha, bem como suas consequências.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA
HISTÓRIA DO BRASIL – QUESTÃO 2

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverão ser abordados os seguintes aspectos:

- o início da Guerra Fria, anúncio da Doutrina Truman e do Plano Marshall.
- a segurança europeia e asiática são o cerne das preocupações dos Estados Unidos (contenção ao comunismo).
- o eixo principal da política exterior brasileira: alinhamento com os Estados Unidos, firme anticomunismo.
- a crença brasileira sobre a existência de uma aliança especial do Brasil com os Estados Unidos; frustração das expectativas brasileiras com relação à ajuda financeira esperada dos Estados Unidos; Missão Abbink.
- o Brasil apoia a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947) e a criação da Organização dos Estados Americanos (1948).
- o Itamaraty, principalmente, orienta a política externa do Brasil, muito influenciado por opiniões liberais.
- Eurico Gaspar Dutra ganha a eleição presidencial no fim de 1945 pelo PSD, apoiado pelo PTB.
- o embate entre liberais e nacionalistas sobre a condução da política econômica a ser seguida pelo Brasil.
- o governo brasileiro combate o comunismo e reprime o movimento sindical; PBC é colocado na ilegalidade; Brasil rompe com a URSS.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA
HISTÓRIA DO BRASIL – QUESTÃO 3

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A questão foi proposta de maneira clara e objetiva, contando com um texto motivador que aponta o caminho a ser seguido pelo candidato. Espera-se que o texto dissertativo elaborado pelo candidato faça, preliminarmente, a caracterização mais ampla e definidora da Primeira República, salientando aspectos consagrados pela historiografia, a saber: o nascimento de um regime republicano apartado da sociedade, o evidente domínio das oligarquias na condução do Estado, as dissensões havidas entre os grupos dominantes, as transformações ocorridas no País ao longo do período, notadamente a partir da Grande Guerra de 1914, além das crescentes demandas das classes médias surgidas com a urbanização e a industrialização.

O núcleo do texto deve abordar a existência da Política dos Estados e o seu caráter pretensamente estabilizador do regime. Divergências entre as facções oligárquicas e as aspirações de participação política do segmento militar – particularmente os “tenentes” - devem ser apontadas como elementos essenciais ao processo de decomposição do arranjo político que ganhara corpo a partir do governo Campos Sales e se decompõe nos anos 1920. O texto estará completo se tiver consistência e coerência interna e se a argumentação apresentada vier corroborada por fatos históricos.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
HISTÓRIA DO BRASIL – QUESTÃO 4

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Eleições no Segundo Reinado:

- 1) Práticas no processo eleitoral: contextualização geral das eleições – as relações entre os poderes e a busca de maior representatividade das eleições.
- 2) Aparato legal – a Constituição de 1824 e as Reformas eleitorais:
 - 2.1) Aspectos principais de cada reforma.
 - 2.1.1) 1846: atualização dos rendimentos necessários estabelecidos na constituição e proibição da interferência policial;
 - 2.1.2) Lei dos Círculos: 1855; voto distrital: eleição de um deputado por distrito; lista de inelegíveis; resultado: vitória das “notabilidades de aldeia”;
 - 2.1.3) Segunda Lei dos Círculos: ampliação para 3 deputados por distrito; ampliação dos casos de inelegibilidade;
 - 2.1.4) Lei do Terço: 1875, contexto de pressão por eleições diretas; fim do voto distrital; garantia de 1/3 das vagas para a oposição, busca evitar os gabinetes unipartidários; criação dos títulos de qualificação (título de eleitor); ampliação da lista de inelegibilidade com o objetivo de diminuir a influência do governo por meio de parlamentares funcionários públicos.
 - 2.1.5) 1881 – Lei Saraiva; eleição direta e exclusão do voto dos analfabetos; estabelecimento de provas da renda mais rigorosas; redução radical do número de eleitores.

Serão considerados os seguintes aspectos nas avaliações: exposição, relevância e análise dos temas e conceitos propostos, organização e coerência do texto.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA
POLÍTICA INTERNACIONAL – QUESTÃO 1

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverá ser desenvolvido coerentemente o argumento central, respeitados os encadeamentos factuais e sua cronologia. A contextualização, com a correta utilização de conceitos, é essencial para a compreensão do processo histórico. A redação deve demonstrar que as relações entre o Brasil e a Argentina, na segunda metade da década de 1940, estão parcialmente condicionadas pelas diferentes posturas de ambos quanto à II Guerra Mundial, o que não impediu a diplomacia brasileira de defender a participação argentina na fundação da ONU. O alinhamento brasileiro à causa aliada e a neutralidade argentina repercutiram no pós-guerra, levando o governo Dutra a nortear sua política externa a partir de princípios liberais, como demonstram a Missão Negrão de Lima ao Paraguai em 1947; o alinhamento aos EUA na Guerra Fria e a participação nos novos organismos multilaterais, enquanto o governo Perón apoiava a ditadura paraguaia de Morínigo; buscava uma “Terceira Via” no contexto mundial e não aderiu ao Fundo Monetário Internacional. O governo Vargas (1950-1954), acusado por forte oposição interna, principalmente da UDN, de querer instalar uma “república sindicalista”, viu-se impedido de considerar a proposta de Perón para a assinatura de um pacto econômico entre a Argentina, o Brasil e o Chile.

Com a derrubada de Perón, em 1955, e a ascensão à presidência brasileira de Juscelino Kubitschek e de Arturo Frondizi na presidência da Argentina, surgiu um novo ambiente de cooperação nas relações bilaterais. Comprovam-no a postura do governo argentino de apoio à Operação Pan-Americana, a assinatura dos acordos de 1959 e 1961 e a convergência de postura dos dois países quanto a temas, como a ALALC e a expulsão de Cuba da OEA. No entanto, o Brasil e a Argentina sofreram mudanças políticas internas e de objetivos externos, com a ascensão dos militares ao poder em ambos os países. As relações entre os dois países deterioraram-se em decorrência da disputa geopolítica em torno do aproveitamento hidrelétrico dos rios da Bacia do Prata, particularmente quanto ao projeto brasileiro-paraguaio de construção da hidrelétrica de Itaipu. O candidato deverá expor eventos que demonstram a evolução e a superação dessa disputa geopolítica, desde o Tratado da Bacia do Prata até 1980, quando ocorreram as visitas presidências dos generais Figueiredo e Videla e a assinatura de tratados de cooperação.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA
POLÍTICA INTERNACIONAL – QUESTÃO 2

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A resposta à questão 2 deverá conter os seguintes elementos principais:

1) Descrição dos antecedentes e da evolução da participação do Brasil no regime de não-proliferação, desde a década de 1960 até os dias de hoje, com foco na posição brasileira a respeito da necessidade de equilíbrio na implementação dos três pilares fundamentais do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). É imprescindível que o candidato explique a posição brasileira quanto à obrigação do artigo 6º do TNP e o esforço do Brasil e dos países afins com o intuito de lograr a implementação desse artigo, que se refere ao desarmamento nuclear, ao lado dos outros dois pilares (uso pacífico da energia nuclear e não-proliferação). Espera-se que o candidato inclua, na descrição do papel desempenhado pelo Brasil nesse contexto, referência ao apoio e à adesão do Brasil aos tratados internacionais de proibição de outras armas de distribuição em massa (químicas e biológicas), assim como à participação do Brasil nas Conferências de Exame do TNP, na Coalizão da Nova Agenda e em instrumentos jurídicos e arranjos relevantes na área nuclear, em particular o Tratado de Tlatelolco, a Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade de Materiais Nucleares (ABACC) e o Acordo Quadripartite (Brasil, Argentina, ABACC, AIEA), o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares e o Grupo de Supridores Nucleares. Nesse contexto, o candidato deverá discorrer sobre a reação do Brasil diante dos argumentos geralmente utilizados pelos países nuclearmente armados para defender uma perspectiva gradualista no tema do desarmamento. O candidato deverá discorrer, em particular, sobre frustração com a falta de disposição dos países nuclearmente armados em dar passos concretos rumo ao desarmamento nuclear, fator determinante para buscar complementar TNP por meio da negociação e da adoção do TPAN.

2) O candidato deverá discorrer sobre a argumentação utilizada pelo Brasil e por outros países com visão semelhante a respeito da incompatibilidade das armas nucleares com os seguintes princípios consagrados pelo direito internacional humanitário: distinção entre civis e combatentes, proibição de ataques contra os que estão fora de combate ("hors de combat"), proibição de causar sofrimento desnecessário, noção de necessidade, princípio da proporcionalidade e princípio da humanidade. É importante que o candidato demonstre conhecer, ainda que em linhas gerais, o debate mais recente sobre armas nucleares no âmbito da Corte Internacional de Justiça (opinião consultiva sobre a legalidade da ameaça de uso de armas nucleares, de 1996, e decisão sobre objeção de jurisdição no caso Ilhas Marshall contra Índia, Paquistão e Reino Unido, de 2016). Mais do que discorrer em pormenores sobre esse debate jurídico, espera-se que o candidato seja capaz de vincular tanto os argumentos de natureza humanitária quanto as dificuldades de avanços judiciais na proibição de armas nucleares como importantes fatores que contribuíram para levar o Brasil e os outros países a buscar a via da negociação e a adoção do TPAN com o intuito de promover a proibição desse

tipo de armas. Nesse contexto, o candidato deverá demonstrar conhecer a participação brasileira na "Iniciativa Humanitária", que levou à organização de três conferências recentes sobre o impacto humanitário das armas nucleares em Oslo (2013), Nayarit (2014) e Viena (2014).

3) O candidato deverá demonstrar conhecimento sobre o conteúdo do artigo 21, inciso XXIII, letra "a", da Constituição Federal como um dos fundamentos das posições adotadas pelo Brasil em matéria de não-proliferação, uso da energia nuclear para fins pacíficos e desarmamento nuclear. Ao discorrer sobre esse ponto, espera-se que o candidato seja capaz de correlacionar o artigo mencionado com os princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais (artigo 4º da Constituição Federal) e que demandam, diante da conjuntura internacional contemporânea, com o crescimento da tensão da Península Coreana e o acirramento da rivalidade geopolítica entre os países detentores de arsenais nucleares, a busca de alternativas que levem ao desarmamento nuclear e um mundo mais pacífico. Embora não se espere que o candidato apresente uma análise pormenorizada da importância da opinião pública e do papel das ONGs no avanço da causa de um mundo livre de armas nucleares, o candidato deverá demonstrar ter presente esses aspectos no contexto da explicação sobre a liderança brasileira no tema, uma vez que a sociedade civil foi uma aliada importante do Brasil e dos demais países proponentes da conferência negociadora do TPAN.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
POLÍTICA INTERNACIONAL – QUESTÃO 3

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A ideia de um "condomínio de poderosos" aparece nos planos norte-americanos desde antes do final da Segunda Guerra Mundial e das negociações que culminaram no estabelecimento da Organização das Nações Unidas. O presidente dos Estados Unidos acreditava que os países vitoriosos (EUA, Reino Unido e União Soviética) deveriam ser responsáveis por assegurar a paz global. Esse raciocínio está por trás da ideia de um Conselho de Segurança dominado pelas grandes potências e do direito de veto, concebido como salvaguarda dos interesses nacionais dos que viriam a ser membros permanentes do Conselho; parecia ser a única maneira de operacionalizar o conceito de segurança coletiva sobre o qual se erigia a nova ordem global. O Brasil chegou a ser considerado um possível "sexto membro permanente" pelo presidente Roosevelt e seu secretário de Estado, Cordell Hull, que consideravam o país um "bom vizinho". A participação na guerra, ao lado dos aliados, também credenciava o Brasil a um assento permanente, tese que, no entanto, encontrou resistência das delegações britânica e soviética, que alegavam que um número maior do que cinco membros permanentes comprometeria a eficiência do órgão. A conformação final do Conselho incluiu também a China, que Roosevelt considerava importante pelo tamanho e pelo papel na luta contra o Japão, e a França, por insistência britânica, como membros permanentes, além de seis membros não permanentes, com mandato de dois anos e sem direito a veto. Em 1963, na esteira do processo de descolonização afro-asiática, quatro membros não permanentes foram adicionados, chegando-se à atual composição de quinze membros.

Ao longo das últimas décadas, fortaleceu-se, entre os membros das Nações Unidas, a ideia de que o Conselho de Segurança deveria ser reformado. Argumentava-se que, por não refletir a realidade contemporânea, o Conselho perdera em eficácia e não mais responderia aos interesses da maioria dos membros da ONU. O Brasil alinha-se entre aqueles que defendem a expansão das duas categorias de membros — permanentes e não permanentes — e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, com vistas a maior transparência. Na visão brasileira, a composição atual do Conselho — praticamente a mesma desde 1945 — não levaria em consideração mudanças importantes na cena internacional, marcada pela ascensão de novos países (três dos cinco BRICS, por exemplo) e pelo aumento exponencial do número de membros da ONU (dos 51 fundadores para os 193 atuais). Além disso, regiões, como a América Latina e o Caribe, seguiriam sem contar com representação permanente no Conselho. Para o Brasil, apenas um Conselho de Segurança representativo e inclusivo pode traduzir adequadamente os interesses da comunidade internacional, sobretudo os dos países em desenvolvimento.

O impulso em favor de uma reforma do Conselho ganhou força ao longo dos anos 90. O Brasil adota uma postura proativa, alinhando-se ao grupo conhecido como G-4 (Alemanha, Japão, Índia e Brasil), que reúne países que se reconhecem mutuamente como candidatos a um assento permanente. O G-4 defende, ainda, dois novos membros permanentes da África e mais quatro não permanentes. Essa posição sofre resistência de outro grupo de países, conhecido

como "clube do café" ou "Unidos pelo Consenso", que congrega, entre outros, Itália, Paquistão, Coreia do Sul, México e Argentina, e defende uma reforma restrita a membros não permanentes ou semi-permanentes. O grupo africano, que reúne 54 votos, tem posição comum, consignada no Consenso de Ezulwini, de 2005, segundo o qual o Conselho deveria ser ampliado nas duas categorias, cabendo à África dois assentos permanentes, com direito a veto. Um quarto grupo relevante é o L.69, do qual o Brasil também faz parte, que congrega cerca de 40 países em desenvolvimento favoráveis à expansão nas duas categorias de membros e ao aperfeiçoamento dos métodos de trabalho do Conselho. Há, ainda, o grupo ACT, que se dedica à reforma dos métodos de trabalho do Conselho. Aos cinco membros permanentes (P-5), por seu turno, interessa a manutenção do *status quo*, que preservaria sua posição privilegiada. Há, entre os P-5, resistências pontuais, como a da China à entrada do Japão, e apoios, explícitos ou não – Reino Unido, França e Rússia, por exemplo, já expressaram apoio ao pleito brasileiro. Essa multiplicidade de pontos de vista e a posição de cuidadoso desinteresse dos membros permanentes têm levado a um impasse e nenhum dos grupos chegou a levar um projeto de resolução a voto. O tema deve continuar na agenda, embora sem um sentido de urgência, apesar do compromisso do Secretário-Geral António Guterres de lançar reformas para preparar as Nações Unidas para o século XXI.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
POLÍTICA INTERNACIONAL – QUESTÃO 4

Aplicação: 6/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverão ser abordados os seguintes aspectos:

- 1 O apoio, em determinados momentos, e a ambiguidade, em outros, com relação ao colonialismo português na África, e a crescente crítica dirigida ao Brasil por suas posições políticas perante o colonialismo português.
- 2 A questão das relações do Brasil com a África do Sul, que, em tempos de pleno *Apartheid*, era o principal parceiro comercial do Brasil na África e que causava certos constrangimentos para uma plena inserção brasileira na África.
- 3 A evolução do pensamento diplomático brasileiro com relação ao continente africano e sua posição estratégica para o Brasil, que foi se modificando desde o governo de Jânio Quadros até atingir maior maturidade a partir, sobretudo, do governo de Médici.
- 4 Discussão, mesmo que genérica, das dificuldades de finalização do processo de descolonização, principalmente com relação ao colonialismo português e à problemática envolvendo a África do Sul. Esses dois aspectos devem ser problematizados considerando a reação dos países africanos a qualquer tipo de apoio ou ambiguidade diante do colonialismo português e do *Apartheid*.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
LÍNGUA ESPANHOLA - VERSÃO

Aplicação: 8/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

La sagrada familia

Un rostro martirizado (Una faz martirizada), falta de elegancia al andar. Día y noche (Noche y día), la repetición (la monotonía) del reloj. Algunos la imaginaban asesinada por la madrugada. Ella no se rendía. Siempre se supo única (indispensable, dueña o señora) de una gloriosa casa. Condición esta que asimiló desde niña (desde la infancia). En el colegio le surgió el arrebató y la expulsaron, la becerra en el prado (suelta). Después de (Tras la) boda, rechazó al hombre, que jamás pisara (volviera a pisar) aquellas tierras. Sobre el amor, sentimiento breve, se resguardaba (se protegía): es para mucho más tarde, se justificaba.

Se le venían entorpeciendo las articulaciones, durante los últimos meses. Impartía clases de música a niños y niñas. Y, sin embargo, era joven todavía. Pero el envejecimiento en su familia comenzaba por la parálisis de los miembros inferiores, sin explicarse el fenómeno, la vocación para la inmovilidad. Por aspirar a la levedad, como hoja involuntaria al viento, se alimentaba de café con leche, frutas, queso, tostadas.

Su primo la amenazó por cuestiones de inventario. Ella se redimía negándole la atención. También su madre había actuado de igual modo, cuando el padre del primo la había visitado, aunque sus propuestas fuesen, entonces, tan diferentes. El hombre se sentó al lado del piano. Los bibelots (adornos) temblaban, ella tocando, él los apartó para que no se rompieran. La mujer sonrió agradecida. Pero la lucha, esto sí que era áspero. Hasta dispensarlo y sus últimas palabras alcanzaron el nivel de la guerra:

—La decisión de Dios no siempre es la misma que la del hombre. Tú resuelves matando, o por la justicia.

Los amigos se iban alejando cuando supieron su pelea (lucha) con el primo. Así como los alumnos. Se vio en la situación de simular lecciones de piano, todo el día, para que el vecindario no sospechase de su soledad. Y su orgullo triunfaba. El trato con ella misma (La relación consigo misma) la agotaba. Siempre buscando otros medios para acertar, pero terminaba al piano, claudicando entre las teclas. Empezó a entender las razones de su padre sobre el abandono a su madre. Vida junta terminaba en amargura, consolidación de estimaciones equivocadas (aprecios equivocados).

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA
LÍNGUA ESPANHOLA - RESUMO

Aplicação: 8/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

En el texto tienen que aparecer claro el objetivo y las ideas e informaciones principales. El candidato debe demostrar que ha conseguido la comunicación resumida de las ideas del texto original.

Para ello, en la redacción del texto se tienen que tener en cuenta las siguientes propiedades:

Corrección normativa:

Adaptación a la norma genuina castellana en todos sus planos: ortografía, morfología, sintaxis y léxico. Adaptación del grado de corrección al contexto.

Coherencia pragmática y semántica:

Construcción del significado. Presenta los datos relevantes e imprescindibles del texto original. No hay defecto y exceso de información. Los enunciados no son contradictorios con el documento original. Elección del contenido semántico según el contexto y el conocimiento enciclopédico del candidato, sin repetir los vocablos que aparecen en el texto original. Atención al grado de explicitación, a la recuperabilidad pragmática de implícitos, a la macroestructura del contenido, al embalaje informativo (tema, rema).

Estructura y progresión de la información. Ordenación lógica de los datos según el interlocutor y el género discursivo. Uso de superestructuras y embalaje informativo adaptado a la progresión textual.

Parrafos y apartados. Organización del contenido en unidades jerárquicas y gráficas. La información tiene una ordenación lógica, no conlleva repeticiones, lagunas ni rupturas. Cada párrafo trata de una idea distinta.

Cohesión semántica y gramatical:

Conectores: Uso de procedimientos de conexión intra y extraoracional. Atención al uso de marcadores metadiscursivos de amplio alcance.

Anáforas y deícticos: Usos elípticos, anafóricos y deícticos recuperables, sin ambigüedades y con variación léxica y sintáctica.

Puntuación: Usos adecuados, correctos y variados de la puntuación y los recursos tipográficos.

Orden de las palabras: Las palabras de la frase están ordenadas de forma lógica y comprensible.

Adecuación pragmática:

Dialecto: Uso sostenido de la variedad dialectal apropiada a la situación comunicativa. La presentación es limpia con márgenes y líneas rectos, caligrafía inteligible, párrafos separados, título, apartados, sin tachones, etc.

Registro: Uso sostenido del registro apropiado al contexto y al género discursivo. No hay expresiones vulgares ni demasiado técnicas o complejas para el tema.

Fuerza ilocutiva: Adecuación al propósito comunicativa al contexto y al género. Está claro el objetivo y las ideas e informaciones principales.

Variación:

Riqueza léxica: Grado de variación y precisión en los usos léxicos.

Madurez sintáctica: Grado de complejidad y variación de las estructuras sintácticas.

Puntuación: Valoración global de usos expresivos o estilísticos.

Riesgo asumido: Grado de dificultad y ensayo que asume el candidato.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
FRANÇÊS - VERSÃO

Aplicação: 8/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Héritage rural

On a essayé de montrer dans ce chapitre comment, tout au moins à l'étape initiale, ce processus a en fait correspondu au développement d'une situation traditionnelle : la dépendance où se trouvaient les villes à l'égard des domaines agraires. En l'absence d'une bourgeoisie urbaine indépendante, les candidats aux fonctions nouvellement créées ont été recrutés, par la force des choses, parmi des individus de la même pâte que les anciens seigneurs ruraux, classe dont ils partageaient les tendances et la mentalité. Tout l'ordre administratif du pays, sous l'empire et encore après, sous le régime républicain, devait donc comporter des éléments étroitement liés au vieux système seigneurial.

Ces conditions représentent le prolongement d'un fait particulièrement réel et sensible, qui a prévalu pendant le régime colonial. Pendant longtemps, du moins jusqu'à l'arrivée de la cour portugaise à Rio de Janeiro, nous avons constitué une structure sui generis, même en regard des autres pays américains, ceux en particulier où la vie économique s'est appuyée, comme ici, presque entièrement sur le travail servile.

La règle, partout et à toutes les époques, a toujours été le contraire : la prospérité des milieux urbains se faisait aux dépens des centres de production agricole. Sans le développement des villes et sans la formation de classes non agraires, la constante a été la concentration de la terre entre les mains des représentants de ces classes, qui habitent généralement dans les villes et consomment la production des éléments ruraux sans leur donner cependant l'équivalent économique de ce qu'ils reçoivent.

CONCURSO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CARGO: TERCEIRO SECRETÁRIO DA CARREIRA DE DIPLOMATA
PROVA DISCURSIVA – TERCEIRA FASE
FRANCÊS - RESUMO

Aplicação: 8/10/2017

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Beaucoup de critiques se dressent contre la professionnalisation de la politique, une attitude tellement populaire qu'elle peut ouvrir le chemin de l'Élysée, à exemple de la campagne d'Émmanuel Macron. Par crainte d'une stigmatisation, les hommes politiques cherchent à cacher les longs trajets politiques de leurs biographies. Cependant, une enquête montre que l'accès à la politique a connu d'importantes transformations. En effet, les enquêteurs ont étudié le parcours de 1738 élus à partir de 1970 jusqu'à nos jours. Ce portrait montre que les députés des années 2010 sont en majorité des hommes, diplômés, issus des classes supérieures, plus âgés que leurs congénères de 1970, qui passent une grande partie de leur vie dans le milieu politique, débutant très tôt leurs carrières dans des postes rémunérés d'auxiliaires politiques. Voilà ce qui confirme la thèse de la professionnalisation de la carrière, tous les partis confondus.

Cette précocité permet aux élus de connaître le milieu et donc de perfectionner leur habileté à mieux convaincre. Fréquemment cette carrière démarre dans les postes locaux avant qu'ils s'investissent dans une dispute nationale, créant ainsi une longue file d'attente, une espèce de « lutte des places ». Or, ce genre de parcours uniformisé a pour conséquence la formation idéologique du personnel politique accrue d'une personnalisation, de sorte que ce sont les hommes politiques et non les partis qui sont convoqués à s'exprimer dans les médias. L'origine sociale représente un autre bouleversement. Il y a moins d'ouvriers à cause de la disparition des grands partis de gauche et, d'autre part, il y a une réduction d'élus issus des professions libérales, ce qui prouve que la file d'attente est incompatible avec la dédication que ces élus doivent vouer à la vie des localités qu'ils représentent. La difficulté de l'accès des ouvriers et employés aux mandats, ainsi que la longue carrière et le nepotisme, chaque fois plus fréquent, suscitent des réformes.

Plusieurs propositions ont surgi, comme la réduction des indemnités, qui inhibe l'intérêt des classes populaires à la filière politique ; l'interdiction du cumul des mandats, qui favorise la rotation des postes, certes, mais augmente le nombre d'auxiliaires ; le tirage au sort des législateurs, qui apporterait une solution radicale au problème de la professionnalisation et transformerait la conception de représentation politique, mais pourrait provoquer la disparition de l'expérience, ce qui aboutirait à une remise du pouvoir entre les mains non plus de cumulards, mais d'experts même pas élus qui conseilleraient les représentants tirés au sort. Il n'est pas certain que la démocratie sorte gagnante de ce qui s'apparenterait à une ruse de la raison présidentiale. En bref, le débat sur les réformes retombe le plus souvent sur les élus alors qu'ils devraient retomber sur l'organisation du pouvoir et de la démocratie représentative.